

SENHOR GOVERNADOR: CADÊ O ICMS DOS MUNICÍPIOS QUE SE PERDEU NO FUNDOSOCIAL?

Segundo a Constituição Federal, 25% do ICMS arrecadado nos Estados deve ser compartilhado com os Municípios.



No entanto, em uma **MANOBRA CONTÁBIL**, o Governo do Estado de Santa Catarina os registrou como doações, driblando os Municípios e ficando com quase R\$ 200 milhões, em 2015.



Essa **MANOBRA** dá mais um empurrão para que os Municípios decretem Calamidade Financeira.



A FECAM reivindica que o Governo do Estado devolva aos Municípios o que lhes é de direito, ou seja, todo o recurso retido indevidamente.

CALAMIDADE FINANCEIRA

É o que resta aos Municípios diante de um cenário econômico adverso e de um pacto federativo desigual:

- Atrasos do Governo do Estado para os Municípios nas áreas da saúde, educação e assistência social de mais de R\$ 100 milhões;
- Atrasos da União para os Municípios na saúde de R\$ 59 milhões;
- Subsídios dos Municípios em elevadas contrapartidas financeiras aos Programas Federais e Estaduais executados por estes mesmos Municípios;
- Crescimento vegetativo anual das despesas acima da inflação (1,34% em 2015);
- Queda real de arrecadação (5,02% em 2015 e 6,22% nas transferências constitucionais em 2016);
- Investimento além da obrigação constitucional de 15% em saúde - Média dos Municípios de Santa Catarina foi de 21,5% em 2014;
- Investimento além da obrigação constitucional de 25% em educação - Média dos Municípios de Santa Catarina foi de 29,5% em 2014;
- Aumento do quadro de profissionais para executar os programas transferidos aos municípios, gerando gastos com a Folha próximos do limite (54%) da Lei de Responsabilidade Fiscal - Média dos Municípios catarinenses foi de 50,2% em 2015 e estimativa de 54,08% para 2016.